

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CACS FUNDEB

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se presencialmente os membros deste conselho, na sala de provas do CEJAIN, sítio à Avenida Capitão Mor-Aguiar, 798, piso térreo, em reunião extraordinária. A reunião teve início às 10h15min com a participação dos seguintes membros, com poder de voto: Representantes do Poder Executivo: Ana Lúcia dos Santos Pereira e Luciano da Silva Ciriaco, titular, Representantes de Professores: Robson Silva de Freitas, titular, Representantes de servidores técnico-administrativos: Elisana Alves dos Santos Mendes, titular. E os membros suplentes sem direito a voto nesta reunião: Representante do Poder Executivo: Verônica dos Santos. A reunião foi presidida pelo Sr. Robson Silva de Freitas, Presidente do CACS FUNDEB, que deu início aos trabalhos com a leitura e aprovação das atas anteriores. Em seguida, foi realizada a leitura da resposta ao Ofício nº 11/25, que trata de esclarecimentos sobre o não recebimento da complementação do fundeb VAAR (Valor Aluno Ano Resultado). Foi informado que o município de São Vicente foi habilitado, mas não recebeu o benefício por não ter atingido os critérios relacionados à redução da desigualdade racial e socioeconômica entre alunos da Categoria 2 (pretos, pardos e indígenas) em relação à Categoria 1 (brancos/amarelos). Dentre os avanços apresentados com vistas à melhoria do ensino, destacou-se o crescimento da nota SAEB (2023), o que contribui para a melhoria da aprendizagem — uma das condicionalidades do VAAR bem como a busca por ações intersetoriais com as Secretarias de Saúde e Assistência Social, ampliação da busca ativa, o programa PROCOR voltado à equidade, reforço escolar, entre outros. Em análise pelo colegiado, o Presidente Robson sugeriu a intensificação do programa Integra nas unidades escolares localizadas em áreas mais vulneráveis, com um planejamento robusto e ações integradas entre as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, incluindo atendimento psicológico e social aos educandos e suas famílias. A conselheira Ana Lúcia informou que já existe um estudo para que o programa Integra atenda a esses educandos, reforçando a necessidade de um atendimento amplo. A conselheira Verônica explicou que o VAAR é um recurso adicional do FUNDEB destinado a municípios que apresentam avanços na educação, especialmente na redução de desigualdades raciais e socioeconômicas. Ela destacou a importância de concentrar esforços nos alunos mais vulneráveis, que ainda não atingem o nível mínimo de compreensão exigido nas avaliações, buscando o atendimento integral afim de que possa futuramente superar sua situação de vulnerabilidade. O Presidente Robson também relembrou experiências exitosas de projetos como Tripulantes do Futuro, JEPOM e Cecofs (posteriormente denominado CER), os quais ofereciam atividades pedagógicas diferenciadas, incluindo reforço escolar, aulas de música, teatro, capoeira e ações voltadas à preparação para o mercado de trabalho. Ficou acordado que novas propostas de ação serão sugeridas à Secretaria da Educação, com o objetivo de fortalecer os indicadores educacionais do município. Na sequência, passou-se à análise do SIOPE do 1º bimestre. Conforme a documentação apresentada (demonstrativo de receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - MDE, bem como folhas de pagamento), as contas foram aprovadas por unanimidade. O Presidente também compartilhou informações sobre a audiência pública da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), realizada no dia 24 nas dependências da Secretaria da Saúde, com a presença do Secretário Adjunto da Fazenda, Sr. Thiago, que conduziu a reunião. Na ocasião, foi explicado que a LDO é elaborada anualmente, com a finalidade de estabelecer as prioridades do governo e orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), com base no Plano Plurianual (PPA). Destacou-se que o ano de 2025 será dedicado à elaboração do novo PPA, que abrangerá o período de 2026 a 2029. Também foram esclarecidos os tipos de recursos — correntes e de capital — e a estrutura das despesas públicas. O Presidente solicitou que o Conselho seja

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CACS FUNDEB

oficialmente comunicado sobre as próximas reuniões de planejamento. O colegiado concordou em oficiar a Prefeitura, solicitando a divulgação prévia dos locais e datas desses encontros. Foi então realizada a análise da prestação de contas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) referente ao ano de 2023. O colegiado recebeu a documentação impressa e também via processo SEI nº 3551009.401.00012971/2025-08. A documentação foi projetada para análise dos presentes. A conselheira Verônica explicou a sistemática da prestação de contas por meio da Solução BB Ágil, do Banco do Brasil, conforme resolução 07/2024 do FNDE. Informou que os gastos são inseridos mensalmente, com detalhamento dos fornecedores (CNPJ e número das notas fiscais eletrônicas). Para maiores esclarecimentos, o Presidente solicitou a presença do servidor Alexsandro Nakanishi Peres, da Secretaria da Educação. Ele explicou que a Diretoria de Alimentação Escolar realiza os pedidos aos fornecedores, confere e atesta as notas dos produtos recebidos e encaminha à Secretaria da Fazenda para pagamento. Em resposta ao conselheiro Luciano, esclareceu que o pagamento só é liberado após autorização da Secretaria da Educação. Também explicou que há controle rigoroso dos saldos e dos pedidos de cada unidade para evitar desperdício e armazenamento excessivo. Quando questionado sobre a suficiência dos recursos, informou que a Prefeitura complementa com recursos do QSE ou do Tesouro Municipal, já que não é permitido o uso de recursos do FUNDEB ou de impostos específicos. A conselheira Elisana e o Presidente Robson reforçaram que não há desperdício de alimentos, pois as unidades solicitam apenas a quantidade necessária. Após discussão e sanadas as dúvidas, a prestação de contas foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12h30min.

